



III SER AFRO - SEMANA DE RESISTÊNCIA: ARTICULANDO FALAS,
REIVINDICANDO ORIGENS, DESCOLONIZANDO MENTES

II SEMINÁRIO SER AFRO: EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM

QUANDO VAMOS PROVINCIALIZAR A EUROPA? UMA INTERPELAÇÃO À COLONIALIDADE DOS CURRÍCULOS NAS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

GUILHERME JOSÉ SCHONS¹

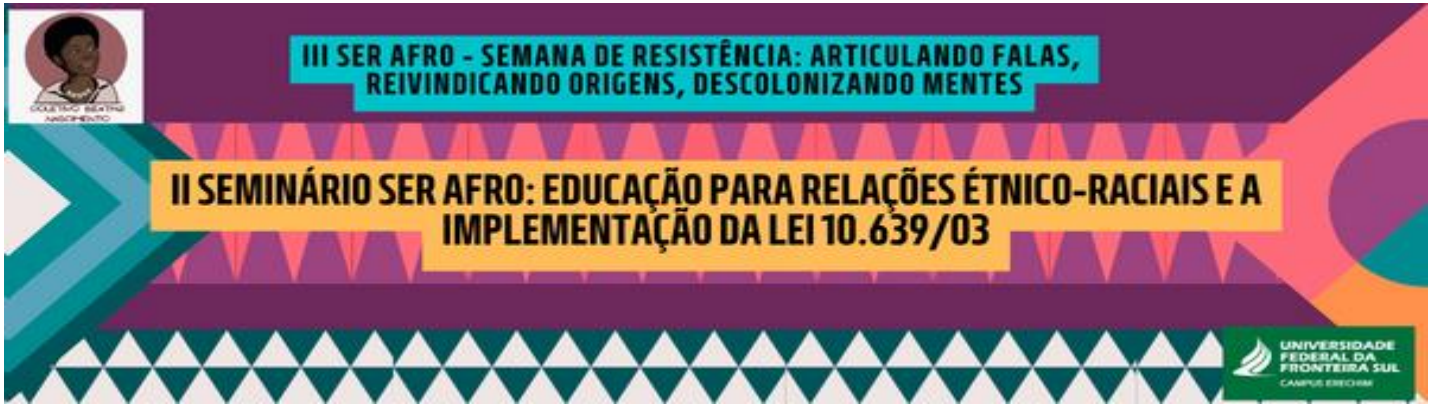
RESUMO: Esta pesquisa problematiza, com base nas teorias pós-coloniais, decoloniais e dos estudos subalternos, o currículo quadripartite eurocêntrico nos cursos de licenciatura em História das universidades federais brasileiras fundadas no século XXI. Entendemos que, mesmo com o REUNI e a Lei 10.639/2003, permanece um modelo hegemônico alinhado à colonialidade de poder, saber e ser. Contudo, iniciativas pontuais nos desafiam à provincialização da Europa, com indícios de um giro decolonial atento a uma nova geopolítica do conhecimento no Sul global – caso de UFT, UNIFESSPA e, sobretudo, UNILAB e UNILA.

Palavras-chave: Educação superior; Modelo quadripartite; Eurocentrismo; Geopolítica do conhecimento; Giro decolonial.

INTRODUÇÃO

O historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2000), conhecido pelas suas contribuições às teorias pós-coloniais e aos estudos subalternos, defende que categorias pensadas como universais, na verdade, pertencem a um contexto cultural específico e limitado: a Europa. Na sua proposta epistemológica, consagrada no famoso livro *Provincializar a Europa: pensamento pós-colonial e diferença histórica*, o autor tece uma crítica à história eurocêntrica, ao nacionalismo, orientalismo e imperialismo. Trata-se de rechaço à versão reificada (e celebrada) do continente europeu, o qual aparece, ainda hoje, como maquinista da locomotiva de uma história linear, homogênea, evolucionista – e, adiciono eu, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína (Benjamin, 1985). Assim, histórias de outras localidades podem ser

¹ Licenciando em História, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Erechim*, contato: guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br.

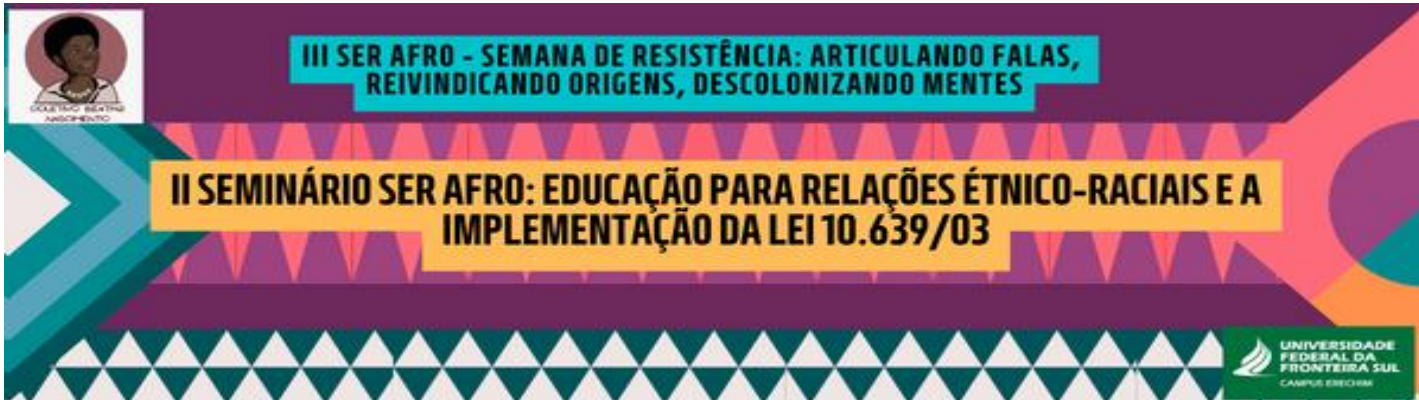


tão somente um apêndice anacrônico (Mudrovic, 2018), atrasado e, portanto, subalternizado pela geopolítica do conhecimento colonialista (Mignolo, 2020).

Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, recupera a imagem penetrante da máscara colonial do silenciamento: Jacques Arago fez o retrato da “Escrava Anastácia”, a qual é torturada com um pedaço de metal colocado no interior de sua boca, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas. A única coisa que sabemos sobre ela é o nome dado pelos senhores, isto é, o seu encontro com o poder – o que representa um esboço insuficiente de sua existência (Hartman, 2020; Foucault, 2003). Na mesma linha, Conceição Evaristo (2020) lembra que as mulheres negras foram obrigadas a preferir histórias e cantigas para ninar os filhos de seus dominadores.

Ambas as situações atestam uma dimensão narrativa da diferença colonial (Mignolo, 2020): há um projeto que busca cercear a descolonização das mentes – e, por óbvio, contra o qual se produz muita resistência. Uma das dimensões desse programa é a concepção de tempo da colonialidade de poder, saber e ser (Quijano, 2005). A partir dela, os procedimentos de periodização operam, conforme (Mudrovic, 2018), no sentido violento de expulsar algumas comunidades tanto do passado como do presente: nessa lógica, para ser “contemporâneo” é preciso ter contribuído para a emergência do Estado nacional. Ora, nos referimos, na historiografia e no ensino de história, a uma divisão ainda pouco enfrentada: o modelo quadripartite, com as Histórias Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Diante desse cenário, esta pesquisa problematiza a colonialidade presente nos currículos dos cursos de Licenciatura em História de universidades federais brasileiras. Nosso objeto de estudo foi delimitado às instituições fundadas já no século XXI – com vistas a nos concentrarmos nas propostas pedagógicas de espaços formativos oriundos de dinâmicas de democratização do ensino superior (ainda que inconclusa), como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei 10.639/2003 (que incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na educação nacional) e as cotas (2012).



METODOLOGIA

Com base no recorte do universo de investigação para as universidades federais brasileiras cuja lei de fundação enquanto tal foi expedida já no século XXI, partimos à coleta de dados buscando identificar essas instituições e os seus cursos de formação de professores de História. Chegamos a trinta e quatro (34) universidades (criadas ineditamente ou pelo desmembramento de *campi* de outras instituições, entre 2001 e 2018), sendo dezenove (19) as que possuem oferta de licenciatura em História. Entre essas, foi possível averiguar a existência de vinte e seis (26) cursos (considerando incidência em mais de um *campus* e/ou turnos distintos).

Na etapa posterior, almejamos analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Por meio de leitura e exame das estruturas curriculares dessas 26 licenciaturas, chegamos a uma categorização assimilável: A – Divisão quadripartite; B – 2º ciclo; C – Índícios de giro decolonial. Na opção A, foram enquadrados todos os currículos que partem da referida divisão da história europeia (universalizada) em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Ainda que os PPCs desse grupo se diferenciem na abordagem das outras disciplinas, essa foi uma característica comum marcante. Em B, separamos um curso que possui formato específico: é uma terminologia cursada como segunda graduação, em quadrimestres, após um primeiro grau como licenciado interdisciplinar em humanidades. Já em C, temos indícios de um giro decolonial (Maldonado-Torres, 2021) – ainda que haja muita diferença nesses currículos, o denominador padrão foi a ausência do modelo quadripartite.

DESENVOLVIMENTO/DISCUSSÃO

Considerando o universo de 26 cursos de licenciatura em História nas universidades federais brasileiras fundadas no século XXI, chegamos a 20 (77%) na categoria A; 1 (4%) em B; e 5 (19%) em C. O gráfico abaixo permite visualizar o dado.

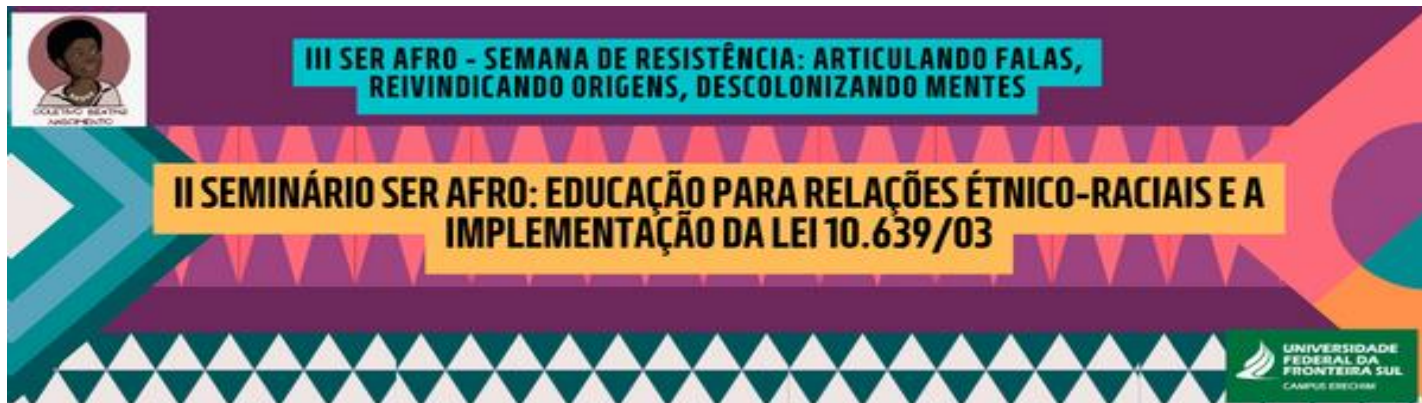
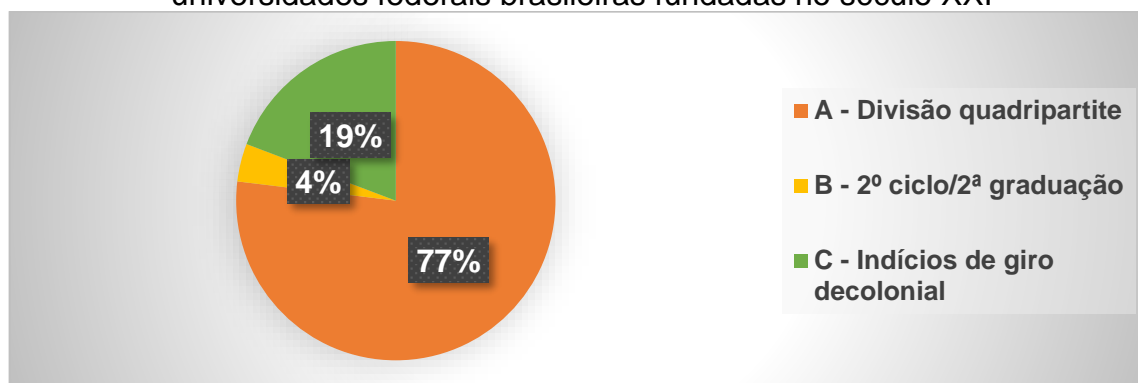


Gráfico 1 - Categorização dos currículos das licenciaturas em História nas universidades federais brasileiras fundadas no século XXI



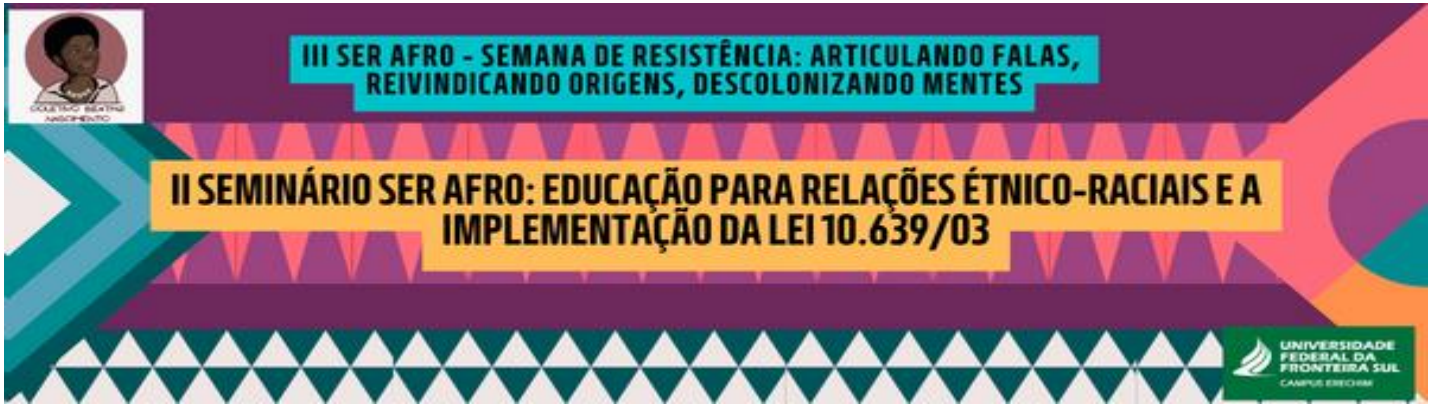
Fonte: Obtido para esta pesquisa.

Sobre as instituições que têm cursos com indícios de um giro decolonial, mencionamos que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) – *Campus* Porto União adota modelo que separa os conteúdos por continentes e recortes temporais (de modo que há quatro disciplinas de História da Europa). Na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – *Campus* Marabá, há ênfase na história da Amazônia.

A intensidade da descolonização fica mais concentrada em universidades que possuem projetos semelhantes de diálogo internacional. Nas duas licenciaturas em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), dos *Campi* Acarape/Ceará (Unidade Acadêmica dos Palmares) e São Francisco do Conde/Bahia (*Campus* dos Malês), há destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – com disciplinas voltadas para África e Ásia. É possível dizer que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, é a mais avançada em termos de um currículo pós-colonial, uma vez que se concentra na história da América Latina e, ao tratar da Europa, busca situar a modernidade/colonialidade que invadiu o lado de cá do Atlântico.

CONCLUSÃO

Percebemos, assim, que, em linhas gerais, a universidade brasileira do século XXI, nascida no cenário da Lei 10.639/2003, continua reproduzindo, em seus



currículos, uma geopolítica do conhecimento colonial: apenas cinco universidades fogem da divisão quadripartite. De qualquer forma, destacamos os exemplos, sobretudo de UNILAB e UNILA, em prol da provincialização da Europa. Há muito trabalho para que Anastácia possa falar (Kilomba, 2019) e acordemos os dominadores de seus sonos injustos (Evaristo, 2020).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton, Princeton University Press. 2000.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber, volume IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 02 jul. 2023.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **El giro decolonial**. Cidade do México: Clacso, 2021.
- MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 48, p. 187-224, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 15 out. 2023.
- MUDROVIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? **Artcultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 22 out. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584>. Acesso em: 15 out. 2023.
- QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires; Clacso, 2005.